Comércio

Espectro do proteccionismo paira sobre a globalização

Os sinais apontam para um aumento do proteccionismo, sem que se perceba ainda em que magnitude. Dependerá da severidade da crise económica

Paulo Miguel Madeira

● "Não penso que tenhamos visto uma grande corrida ao proteccionismo e que não é essa a retórica que tem emanado dos líderes que vão reunir-se em Londres", na cimeira do G20, que então estava a dois dias de distância, afirmou Barack Obama ao "Financial Times". O Presidente dos Estados Unidos falava durante a entrevista que deu esta semana àquele diário britânico, onde se compromete a desencorajar os esforços para fechar o mercado da maior economia do mundo e assume que, em democracia "haverá sempre pontas soltas", quer na América quer por todo o mundo.

As perspectivas sobre o que vai acontecer ao comércio internacional não são ainda claras, mas pode-se perceber que a dinâmica presente é de claro retrocesso, induzida sobretudo pela crise e a confrontar-se também com medidas proteccionistas, vistas como de baixa intensidade, adoptadas um pouco por todo o mundo.

O Banco mundial identificou, desde o início da crise financeira, a entrada em vigor de 47 medidas restritivas do comércio internacional, mas os seus serviços detectaram 78 propostas de medidas comerciais, 66 das quais envolviam restrições. Nem todas passaram, e a instituição considera, num estudo divulgado a 17 de Março, que os efeitos daquelas que foram adoptadas "são provavelmente menores relativamente à dimensão dos mercados não afectados".

Neste contexto, percebe-se a multiplicação de declarações de responsáveis institucionais em defesa da manutenção do comércio livre, e alertando para os riscos de a crise/depressão se agravar significativamente se houver um aprofundamento generalizado e persistente do proteccionismo. Em cima disso, a Organização Mundial do Comércio (OMC) veio recentemente dizer que prevê para este ano retrocesso de nove por cento em volume do comércio internacional, o maior desde a Segunda Guerra Mundial.

Foi neste cenário que os líderes do G20 se reuniram, tendo entre os objectivos que lhes foram apresentados pela organização britânica "resistir ao proteccionismo", manifestando crença em que "uma economia aberta", regulação efectiva e instituições globais fortes assegurarão uma "globalização sustentável com prosperidade crescente para todos", segundo o rascunho de comunicado divulgado.

O que se pode esperar, como tendência de fundo? O advogado e professor de direito brasileiro Durval de Noronha Goyos, especializado em comércio, finanças e direito internacional, diz, ao PÚBLICO, que as políticas adoptadas para responder à crise "acabaram com o neoliberalismo e com o multilateralismo". Justificação: tratou-se de "medidas isoladas, de carácter nacionalista, e frequentemente em violação" das normas das instituições internacionais.

"Não houve coordenação internacional, não se recorreu aos organismos internacionais, nem se respeitou o que está acordado nos organismos internacionais", reforça Durval de Noronha, que assessorou a China nas negociações que prepararam a sua entrada na OMC é também árbitro desta organização (isto é, faz parte da lista de juristas de vários países a que ela recorre para decidir sobre os diferendos comerciais entre os seus membros). "Nenhuma política foi tomada pelos EUA, ou pela UE, ou pela China, ou pelo Brasil, em conjunto com o Banco Mundial, de acordo com as normas do FMI [Fundo Monetário Internacional], com as normas da OMC e do GATT", diz ainda, para rematar: "As normas dessas instituições financeiras são hoje incompatíveis com as acções que têm sido tomadas pelos governos."

Boa dependência

Esta perspectiva é consistente com declarações recentes do director do departamento europeu do FMI, Marek Belka. "O que estamos a ver de momento é a clara implosão do comércio internacional. Penso que é transitória", disse em Genebra, citado pela Reuters.

Outro facto pode fazer piorar o cenário. Marek Belka lembra que as taxas de poupança dos Estados Unidos, há muito negativas, poderão voltar a ser positivas, isto é, em vez de continuarem a endividar-se, os americanos poderão voltar a poupar. Nesse caso, "haverá menos comércio em todo o lado", diz Belka. E considera que a economia nacional e a integração regional terão um papel maior do que antes da crise.

Há também factores que jogam a favor da manutenção do comércio internacional com um nível muito relevante, e permitem "distinguir esta viragem global das pressões dos anos 1930", segundo o Banco Mundial. E isto porque agora os países "estão muito mais interdependentes, através de cadeias de fornecimentos, importação de elementos da cadeia produtiva e até serviços", e também porque "os interesses exportadores são muito mais poderosos do que antes relativamente a indústrias em competição pura com as importações".

O director-geral da OMC, o francês Pascal Lamy, considera o proteccionismo "uma ilusão", porque "não protege", e tem um nome que "cria confusão", segundo disse numa entrevista recente ao diário espanhol "El País". Lamy vê o "risco" de o proteccionismo avançar, mas acha que "não estamos perante a ameaça de um proteccionismo de alta intensidade".

Nos cenários que traçou para a cimeira do G20, a agência Reuters dizia que o resultado mais favorável ao anfitrião, o primeiro-ministro Gordon Brown, relativamente ao proteccionismo era um compromisso entre os EUA e a Índia para a conclusão da ronda de Doha com vista a um novo acordo comercial global, que se arrastam há sete anos e no seu episódio mais recente tropeçaram num desacordo entre estes dois gigantes sobre as tarifas para o aço. Mas esperava apenas "palavras firmes" de renúncia ao proteccionismo.

Ver entrevista com Durval Noronha Goyos em www.publico.pt

NUNO FERREIRA SANTOS

Uma vantagem, face aos anos 30, é o facto de hoje haver uma maior dependência entre os vários países

Riscos de regresso ao mercantilismo

Os cenários ventilados não têm contemplado a possibilidade de a crise acabar por gerar uma catástrofe. O risco maior será o de rebentamento da "bolha do dólar", a moeda de reserva internacional, considerado elevado pelo advogado e professor de direito brasileiro Durval de Noronha Goyos, especializado em comércio, finanças e direito internacional.

Isto porque, na sua opinião, as necessidades de financiamento do Governo norte-americano são de tal modo elevadas que o país poderá "perder acesso aos mercados voluntários de crédito". Considera o risco de insolvência dos EUA "muito alto", o que alimenta a ideia de que o país será obrigado a imprimir dólares em larga escala para honrar os seus compromissos, levando a uma grande depreciação da sua moeda.

"Se chegarmos à posição extremada de um grande risco de aviltamento, ou o aviltamento absoluto ou substancial da moeda americana, vamos ter uma grande queda da actividade económica e financeira mundial", adverte.

Num cenário desse tipo, "teremos países com as suas reservas, em dólares, a desaparecerem, ficando sem condições de sustentarem o seu comércio internacional. Teremos um aumento do proteccionismo e um renascimento do mercantilismo", antevê, prevendo o aumento do proteccionismo e o regresso dos programas nacionais de substituição de importações. **P.M.M.**